



SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: DA GÊNESE CONTRADITÓRIA ÀS ATUAIS POSSIBILIDADES ÉTICO-POLÍTICAS

The brazilian social work: from the contradictory genesis to the current ethical- political possibilities

Leidiane Souza de Oliveira*



RESUMO

Decorridas quase duas décadas do século XXI, as particularidades do Brasil, enquanto país periférico, são evidenciadas pela acentuada desigualdade de classes, a crise política, a corrupção, desmonte da proteção social e de direitos, cujas implicações resvalam no cotidiano profissional de assistentes sociais nos espaços em que se inserem. No auge de suas oito décadas, o Serviço Social brasileiro, marcado pela contradição de atender interesses de classes antagônicas, é conjunturalmente afetado pelas transformações societárias no desenvolvimento das relações sociais capitalistas. Utilizando-nos de pesquisa bibliográfica, buscamos, neste artigo, apontar as contradições entre os limites postos nos primeiros anos do presente século e as possibilidades de resistência coletiva, cujos fundamentos do projeto profissional crítico possibilitam articular-se às lutas gerais rumo a uma nova ordem societária.

PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Conjuntura Brasileira. Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

After nearly two decades of the twenty-first century, Brazil's peculiarities, as a peripheral country, are evidenced by the marked inequality between classes, the political crisis, the corruption and dismantling of the social protection and of the rights, whose implications slip in the daily routine of Social Workers in the most different spaces in which they are inserted. At the height of its eight decades, the Brazilian Social Service, marked by the contradiction that is meeting interests of antagonistic classes, is often affected as a profession by the societal transformations in the process of development of the capitalism. Using us of bibliographic research, we seek in this article, to point out the

* Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio grande do Norte (UFRN). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB, João Pessoa, Brasil). Campus I, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Cidade Universitária, Castelo Branco III, João Pessoa, CEP.: 58051-085. E-mail: <leidiane22@gmail.com>. ORC ID: <<https://orcid.org/0000-0002-2686-1728>>.

contradictions between the limits placed in the in the first years of the present century and the possibilities of a collective resistance whose foundations of the critical professional project enable an articulation to the general struggles, for a new corporate order.

KEYWORDS

Social Service. Brazilian conjuncture. Ethical-Political Project.

Submetido em: 27/9/2017.

Revisto em: 19/10/2017.

Aceito em: 10/12/2017.

RETOMANDO ALGUNS DEBATES

As atuais oito décadas sobre as quais se erigiu a profissão de Serviço Social no Brasil comportam diferenciadas tendências teóricas e metodológicas, além de desafios históricos e conjunturais, próprios da incursão profissional na história e na vida social. Nesse sentido, a exigência contextual que demarca a constituição do Serviço Social ao longo da história, advém da requisição de profissionais de perfil sociotécnico para atuarem como ajustadores da classe trabalhadora, diante da expansão das expressões sociais dos conflitos decorrentes da relação capital-trabalho, a partir da década de 1930. Acerca desse contexto, corroboramos com Netto (2011) ao afirmar que “[...] somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica do trabalho), constitua-se um espaço em que se possa mover práticas profissionais como as do assistente social” (NETTO, 2011, p.73).

As duas perspectivas de análises da profissão apontadas por Montaña (2007) se constituem alternativas e conflitantes. A perspectiva endogenista¹— “[...] que sustenta a origem do Serviço Social na *evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ da ajuda, da caridade e da filantropia*” (MONTAÑO, 2007, p. 20, grifos do autor) – se contrapõe à perspectiva histórico-crítica, que entende a profissão como resultante “[...] da síntese dos projetos político-econômicos, operando no desenvolvimento econômico, reproduzindo-se de maneira material e ideológica” (MONTAÑO, 2007, p. 31).

Situamos essas características como forma de apresentação do pensamento deste autor. No entanto, não pretendemos nos aprofundar em tais perspectivas, uma vez que já existe vasta produção acerca delas. Entretanto, consideramos importante destacar nossa concordância com a segunda, cuja afinidade nos parece explicar melhor a relação entre o Serviço Social e as determinações macro que incidem em nossa realidade.

Partimos, pois, da perspectiva histórico-crítica, a partir da qual “[...] entende-se o assistente social como um profissional que desempenha um papel claramente político, tendo uma função que não se explica por si mesma, mas pela posição que o profissional ocupa na divisão sociotécnica do trabalho” (MONTAÑO, 2007, p. 30). Esse aspecto político adquire centralidade na nossa análise, já que está relacionado ao

¹ Para o referido autor, esse termo dar a entender que a profissão é vista a partir de si mesma, com autonomia frente à sociedade, às classes e às lutas sociais (MONTAÑO, 2007).

desenvolvimento da resistência coletiva destacada na segunda parte do texto e às possibilidades de construção de um projeto profissional a partir dos desafios históricos atuais, resultantes de sujeitos ativos, com capacidade de elaborar conteúdos e decidir frente às perspectivas possíveis.

É importante destacar ainda que as duas perspectivas, apesar de antagônicas, convivem no desenvolvimento da profissão, permeando a formação e o exercício profissionais. Desse modo, não considerar que os retrocessos que atingem as instituições resultam de interesses que envolvem o Estado e as classes dominantes só reforça atitudes filantrópicas, caritativas, de bases religiosas e sem confrontos.

Nesse lastro, a história da profissão compõe-se de reiteradas tentativas de ruptura com o conservadorismo, porém, sofre os rebatimentos das investidas capitalistas, acompanhando um movimento mais geral, no qual se apresenta a possibilidade de construção de um projeto profissional de vertente crítica. Para nossas reflexões, faz-se necessário retomar as contribuições de autores importantes no que tange ao projeto profissional e às determinações históricas sobre o Serviço Social. Portanto, lançamos ideias no sentido de apresentar o que consideramos possibilidades ético-políticas frente às contradições do presente, sem perder de vista importantes traços históricos constitutivos do projeto ético-político profissional, forjado no conjunto das relações sociais nas quais a profissão está inserida. Isso justifica nosso direcionamento a entender o Serviço Social como profissão enquadrada na divisão sociotécnica do trabalho no interior de instituições e equipes de trabalhos que exigem a capacidade de conhecer a realidade (permeada de desafios e limitações, mas orientada por valores, princípios e contradições que revelam seu viés político crítico) e intervir sobre ela.

Diante disso, ainda que atravessada por reiteradas ameaças e inflexões, a profissão vem construindo possibilidades de articulação com as lutas gerais, ressignificando a relação político-ideológica entre o projeto profissional e as lutas da classe trabalhadora.

Na primeira parte desse artigo, nos referimos às possibilidades de elaboração de um projeto profissional de caráter crítico, resultante de um amadurecimento político da profissão. O Serviço Social, entre as décadas de 1970 e 1980, entende a si mesmo como sujeito político e coletivo, destacando a necessidade de direcionar seu exercício em favor dos usuários, à medida em que o país também reelabora uma concepção política e social de direitos, de democracia e de participação, que vão acompanhar os princípios norteadores da profissão.

Alguns elementos inerentes à organização política da categoria de assistentes sociais e suas formas de incidir na realidade evidenciam a maneira pela qual o Serviço Social vem, politicamente, mantendo sua agenda profissional, acompanhando os desafios e as possibilidades das lutas coletivas interna e externamente. Do nosso ponto de vista, a direção social da profissão vem encontrando desafios estruturais à defesa de seus princípios, mas vem, contraditoriamente, se inserindo em e apoiando os processos de lutas coletivas.

Destacamos alguns seminários nacionais temáticos da categoria nos últimos anos, cujos temas envolvem a relação entre as distintas expressões da “questão social” e do Serviço Social; além disso, é importante citar a publicação de *CFESS Manifesta*² e a participação em atos políticos, cujas expressões nos permitem admitir a elaboração de estratégias coletivas frente às recorrentes expressões de fragmentação da categoria. Com destaque para os acontecimentos dos últimos dois anos, ousamos afirmar que, se há a necessidade de uma história nova, conforme defendido por Netto (2016), a mesma não poderá ser construída sem que se dispute os fundamentos históricos já galgados e defendidos coletivamente, ainda que haja disputas recorrentes entre tendências opostas por dentro da própria profissão.

Além disso, corroborando com alguns dos argumentos do autor, essa nova história deve ser reelaborada no movimento que envolve o Estado capitalista e a condição das respostas destinadas às reivindicações das classes e o lugar do Serviço Social nesses processos, sem risco de um retorno à endogenia, que implicaria em tratar os limites atuais como escolhas individuais, morais ou evolução de prenúncios.

O Serviço Social brasileiro vem sofrendo investidas conservadoras e questionamentos aos posicionamentos públicos das entidades representativas da categoria, desde a crítica aos valores das anuidades pagas aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) (até o apelo da vertente do Serviço Social libertário³ – baseado em princípios liberais, individualistas e de cunho religioso, que chama a categoria para um retorno a práticas pautadas em valores religiosos e filantrópicos. Diante disso, as experiências aqui destacadas revelam, no limite, a permanência da primazia pelos valores e princípios norteadores do Projeto Profissional crítico, embora devamos reconhecer as profundas inflexões sofridas por ele diante dos desafios postos à formação e ao exercício profissionais. Estes, apresentam-se empobrecidos, fragmentados, mercantilizados e burocratizados, em decorrência das medidas adotadas pelo capital e pelo Estado, contrariando universalização de políticas públicas, bom como o estímulo a reflexões críticas sobre a realidade e a ampla organização da classe trabalhadora.

SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: AS CONTRADIÇÕES E AS POSSIBILIDADES HISTÓRICAS DE UM PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE PROFISSÃO

Nos marcos do desenvolvimento capitalista, em seus movimentos de idas e vindas na particularidade da economia periférica brasileira, a profissão não pode ser entendida fora

²Publicação periódica do Conselho Federal de Serviço Social.

³ Conforme informações da página desse grupo no facebook, “O Serviço Social Libertário é um movimento iniciado por alunas (os) e profissionais de Serviço Social, de diferentes estados do país, insatisfeitas com a doutrinação marxista sustentada pelo nosso curso e que fundamenta uma prática profissional política-ideológica”. Afirmando ainda que “O movimento é totalmente avesso ao marxismo, primeiramente, por entender que a teoria incorre em equívocos (como por exemplo, a teoria do valor, a teoria da exploração e da luta de classes). Também, por entender que as diversas tentativas de implantação do sistema socialista/comunista sempre resultaram em totalitarismo, cruéis ditaduras, supressão das liberdades individuais e miséria generalizada”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/servicosociallibertario/posts/306372039707012:0>>.

da determinação histórica que a acompanha nem pode ser cristalizada. Ao contrário, é demarcada pelas contradições que forjam a formação e o exercício profissionais, cujas tensões e mediações são condições fundamentais para apreender a imbricação entre a esfera da reprodução (política) e as relações de produção nas quais a profissão está inserida.

Requisitada socialmente na dinâmica da monopolização do capital, a incursão do Serviço Social na história brasileira carrega a marca contraditória das circunstâncias socioeconômicas de uma época ainda não superada, cujas exigências se perpetuam e se complexificam na quadra histórica deste primeiro quinto de século em curso, em que as expressões de uma ofensiva neoconservadora “[...] produzem tensões, negações e oposições à direção social da profissão, sob os influxos das posturas idealistas, pragmáticas e/ou empiristas” (MOTA; AMARAL, 2014, p. 27).

Resguardando, pois, a concordância com a perspectiva histórico-crítica, a inerente conexão de elementos exteriores ao Serviço Social e o modo como este se relaciona internamente com as transformações sociais em curso denota o grau de maior ou menor inflexão sobre esta profissão, nas suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Tais dimensões relacionam-se em um movimento dialético, no qual, munido de princípios e valores relacionados às condições e perspectivas possíveis nos espaços onde se insere, aprimora sua capacidade de propor, elaborar e executar políticas.

Acerca desse percurso profissional e das tensões que lhe envolvem, apresentamos uma reflexão importante, no sentido da já destacada relação entre determinantes socio-históricos no Brasil e a configuração da profissão. De acordo com Silva (2013):

O Serviço Social não é, portanto, uma simples extensão das velhas práticas filantrópicas (ainda que as incorpore). Ele é algo substancialmente novo, uma profissão como tal, socialmente reconhecida, que nasce da incorporação-acomodação do arcaico [...], superando-o técnica e cientificamente na medida em que o mercado de trabalho profissional se expande e se consolida por meio das grandes instituições assistenciais direta ou indiretamente articuladas a um Estado organicamente vinculado à reprodução do capital na era monopólica (SILVA, 2013, p. 80).

A esse respeito, e também para que já adiantemos os limites estruturais postos à garantia de direitos e às lutas destacadas na segunda parte desse texto, afirmamos que, uma vez robustecidas as formas capitalistas de operar, em vigência do atual recrudescimento de ameaça a conquistas anteriores do conjunto de trabalhadores, resultando em desafios para o Serviço Social, embora esta profissão tenha construído potencialidades políticas da profissão e necessário reconhecimento de sua capacidade reivindicativa, acompanhando processos exteriores.

Destarte, esse movimento não apresentar um caráter evolutivo nem ser voltado aos próprios interesses da profissão, essas dimensões apresentam vestígios de exercício profissional ora mais adaptável às exigências do Estado, ora com evidentes tensionamentos na perspectiva da ampliação do acesso a direitos, nos distintos espaços em que se inserem os e as assistentes sociais.

Cabe retomar a contradição histórica que marca a gênese do Serviço Social, caracterizada como “duplo dinamismo”, isto é:

[...] de uma parte, aquele que é deflagrado pelas demandas que lhes são socialmente colocadas; de outra, aquele que é viabilizado pelas suas reservas próprias de forças (teóricas e prático-sociais), aptas ou não para responder às requisições extrínsecas – e este é, enfim, o campo em que incide o seu sistema de saber (NETTO, 2011, p.89).

É evidente, pois, na constituição histórica da profissão um movimento de disputas, de articulação com as lutas e de atendimento ou questionamento das perspectivas capitalistas e suas influências no Estado e na “questão social”. É nessa dinâmica histórica e contraditória que se gestam as possibilidades de exercício político e ético, construindo um caminho de rupturas parciais com o conservadorismo e se renovando em diferentes contextos históricos. Destaca-se, nesse âmbito, o processo denominado “reconceituação ou renovação da profissão⁴”, cujo significado consiste em redirecionar o exercício profissional, a partir de novos pilares teóricos e políticos. Netto (2005) aponta:

O que a renovação profissional fez, através da elaboração dos formuladores cujo esforço examinamos em nossa crítica [...] foi construir um acúmulo no interior do qual é possível reconhecer – insista-se: pela primeira vez na história do serviço social nestas plagas – as tendências fundamentais que mobilizam as classes e os grupos sociais brasileiros no enfrentamento dos problemas da economia, da cultura e da história (NETTO, 2005, p.307-308).

A partir de um patamar teórico e interventivo crítico, demarcado pelo processo de renovação profissional, foi possível pensar as bases de um projeto profissional alinhado aos interesses e aos valores da classe à qual se destina. O cunho político do Serviço Social se revela na capacidade coletiva de direcionar os valores éticos e políticos, estabelecer parâmetros e princípios e lançar mão de subsídios teóricos, cujo marxismo constitui orientação política notória.

Contudo, esse movimento, não pode ser tomado como erradicação de ideologias e práticas que expressam recuos às perspectivas apontadas no projeto profissional crítico. A direção crítica construída pelo Serviço Social nas décadas de 1980 e 1990 tem relação com o momento histórico que o país atravessava, marcado por lutas populares, organizações coletivas e participação, além de avanços no campo legal, que apontaram para o reconhecimento de direitos.

Entretanto, nos marcos da totalidade social, as escolhas e a orientação estabelecidas por meio do redirecionamento político de sua formação e intervenção só podem ser entendidas, levando-se em conta a intervenção do Estado na reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora, garantindo o padrão da produção (“questão social”). É esta contradição central que vai sendo atualizada, cujas formas de se apresentar acompanham o desenvolvimento das transformações societárias. Isso constitui o objeto da segunda parte desse texto, no qual os desafios apresentados mantêm relação direta

⁴Na obra *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, referência nos fundamentos da profissão, Netto (2005) destaca as requisições da autocracia burguesa à profissão como elemento chave dessa renovação, identificando como momentos centrais desse período: a perspectiva modernizadora; a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

com a crise do capital, com a tendência à deslegitimidade dos direitos pelo Estado e com as profundas alterações na formação e no exercício profissionais.

Nesse sentido, retomamos a afirmação:

A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, a partir da teoria social crítica, é entendida como reprodução da totalidade concreta desta sociedade, em seu movimento e em suas contradições. É reprodução de um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social: um modo de viver e de trabalhar socialmente determinado (IAMAMOTO, 2009, p. 9).

Um dos elementos políticos reveladores da preocupação do Serviço Social em construir uma história “relativamente autônoma”— nos termos de Iamamoto (2000) — frente às exigências do Estado que lhe requisita, aparece na trajetória profissional como a dimensão ética. Como exemplo, temos o Código de Ética Profissional de 1986, influenciado pelo movimento de redemocratização que marcava a sociedade brasileira naquele momento, no qual “[...] a dimensão política da profissão foi explicitada de forma objetiva, como processo que exigia uma nova ética e um comprometimento com as necessidades e os interesses dos usuários do Serviço Social: a classe trabalhadora” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 47).

Nos anos 90, considerando algumas conquistas legais de direitos da década anterior, principalmente na Constituição Federal de 1988, inicia-se um processo de debates que culmina com a reformulação do Código de Ética Profissional, em 1993. Tal processo passou a “[...] incentivar a produção de uma reflexão ética sistemática, referendada em pensadores clássicos e contemporâneos” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 50).

Considerando que o Código de Ética Profissional de 1993 incorpora contradições referentes à defesa de direitos e aos limites da sociabilidade burguesa (que não eram tratados no Código de 1986) e ainda permanece em vigência, cabe retomar:

Na medida em que o CE de 1993 adotou uma perspectiva ética histórica e crítica, apoiou-se na compreensão de que a ética se objetiva na vida social, nas relações sociais medidas por interesses e necessidades socioeconômicas e político-ideológicas; por isso, seus valores éticos também foram tratados em suas mediações políticas, sem que uma dimensão fosse subordinada à outra (BARROCO; TERRA, 2012, p. 68).

A lei 8662/93, que regulamenta a profissão, também é um mecanismo legal resultante desse processo, definindo atribuições privativas e competências profissionais, resguardada a dimensão formal das suas particularidades. Junto às Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social aprovadas em 1996, os valores e princípios orientadores da profissão alcançam as dimensões da formação e do exercício, à medida em que o Código de Ética Profissional expressa a condensação das escolhas políticas e das diretrizes éticas que devem ser seguidas frente aos desafios colocados no cotidiano profissional.

As possibilidades históricas do projeto profissional de cariz crítico são, portanto, forjadas mediante as valorações feitas pela profissão no conjunto das relações, bem como pelas

possibilidades concretas de torná-las palpáveis, o que não pode se confundir com aplicá-lo à realidade, uma vez que é expressão contraditória dela.

Nesse sentido, corroboramos com a perspectiva de um projeto profissional crítico que leve em conta que:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 1999, p. 4).

Sobre a incursão do Serviço Social na história, a contradição que o gesta e a construção de um projeto de profissão, faz-se necessário destacar os seguintes elementos:

I) *Acompanhamento sistemático da relação profissão e sociedade para manutenção ou ruptura com as perspectivas ético-políticas e teóricas dominantes em um dado momento histórico.* Nesse processo, o trato dado à condição de subalternidade das classes por meio do Estado é o que vai configurar ou não uma perspectiva de direitos, sendo esta a relação que, desde a gênese da profissão, tem possibilitado galgar diferentes espaços no seu processo de institucionalização e legitimação enquanto profissão.

Sabemos que os distintos espaços socio-ocupacionais em que o/a assistente social se insere são determinados pela requisição de programas, políticas e serviços resultantes de processos de correlação de forças, cujas contradições são evidenciadas a todo momento. Os traços religiosos e filantrópicos evidentes na prática profissional nas primeiras décadas de seu exercício podem ser explicados pela relação entre Estado e Igreja e pela forma de enfrentar as expressões do pauperismo da época. Contudo, isso não pode ser entendido aqui como um estágio inferior da profissão, deslocado das implicações do desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

II) *Apreensão das contradições que permeiam o cotidiano profissional e a necessidade de um compromisso com quem o requisita ou acessa seu trabalho, configurando o seu caráter político.* O amadurecimento profissional, influenciado pela ascensão de lutas contrárias ao regime ditatorial vivido no Brasil, de 1964 a 1984, possibilitou a tomada de posição contrária às arbitrariedades deste regime e em defesa das lutas por democracia travadas no interior da sociedade. É nesse contexto (levando em conta a trajetória até então construída) que chamamos atenção para as possibilidades de um projeto profissional crítico, destacando o papel de sujeito político-crítico desenvolvido pelo Serviço Social.

Assim, consideramos relevante retomar aspectos resultantes do processo de contraposições ao caráter conservador como orientador de suas práticas, à medida em que tomamos tais conquistas como sendo um legado político e teórico-crítico do qual não podemos abrir mão.

III) *Garantia da direção dos princípios e valores construídos, de caráter coletivo, por meio de mecanismos materiais como legislações, organização política e produção teórica.* No conjunto de transformações operadas pelo Serviço Social em meio às

transformações societárias e sempre por elas influenciadas, destacamos como aspecto central desse texto o conjunto de medidas desenvolvidas com base na orientação da teoria social crítica, a partir da década de 1980. Essas modificações são substanciais na organização política da categoria, nas orientações teóricas e metodológicas e no resultado expressivo da produção teórica que podemos acessar hoje, apresentando-se como potencialidades que orientam a inserção de assistentes sociais nos processos de lutas atuais, da formação ao exercício.

Os elementos que permeiam a profissão em determinado momento histórico são tensionados e/ou redimensionados pela relação entre a particularidade profissional e a totalidade da vida social. Dessa forma, destacamos a necessidade de um esforço contínuo e árduo de apreensão dos desafios, das rupturas e das tendências teórico-políticas e metodológicas no âmbito do Serviço Social. Nas palavras de Netto, “Mas, o Serviço Social mesmo não é indiferente às hegemonias que se constituírem: no seu interior desenham-se e conflitam projetos profissionais que são mais ou menos compatíveis com projetos sociais determinados e, pois, com determinadas ideologias políticas” (NETTO, 1996, p. 115).

Aqui, não poderíamos deixar de enfatizar a organização política da profissão, reconfigurada nesse processo de amadurecimento teórico e político, cujo “[...] protagonismo das entidades representativas da categoria (conjunto CFESS-CRESS/ABEPSS/ENESSO) e a realização de eventos de Serviço Social destinados à reflexão crítica sobre a formação e o trabalho profissional, que reúnem a base da categoria profissional [...]” (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 216) constituem esforços concretos na intenção da defesa do projeto profissional crítico.

Nos marcos do capitalismo contemporâneo, o aprofundamento das desigualdades sociais e as diferentes manifestações da “questão social” “[...] se põe tanto para os assistentes sociais *de campo*, quanto para aqueles que se ocupam, especialmente na academia, com a formação das novas gerações profissionais e com a investigação da realidade social [...]” (NETTO, 2011, p.152); além disso, “[...] é posta como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (MOTA, 2012, p.33).

Acerca de suas variadas adequações, a “questão social”⁵ se coloca como aspecto histórico através do qual as possibilidades de um projeto profissional apresentam relevância social, sinalizado pelo Serviço Social, no seu movimento de renovação, como projeto articulado aos interesses da classe trabalhadora. É, pois, no movimento da luta de classes, particularmente na contradição entre as exigências de atendimento de suas necessidades, a intervenção estatal e o enrijecimento da exploração da força de trabalho pelo capital, que o projeto profissional se faz vivo nesses mais de trinta anos.

A esse respeito, as palavras de Iamamoto (2012) reconhecem a dimensão contraditória desse movimento quando apontam que:

⁵Aqui, situamos a “questão social” na perspectiva de autores como Iamamoto e Carvalho (1982) e Netto (2011), vinculando a relação capital-trabalho e suas desigualdades além de inferir inflexões na luta de classes à medida em que o capitalismo se desenvolve e se transforma, cujas formas de expressão variam conforme as transformações operadas pelo desenvolvimento capitalista.

Pensar o projeto profissional supõe articular uma *dupla dimensão*: de um lado, as condições macrosociais, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2012, p. 222, grifos da autora).

Os desafios contemporâneos postos ao Serviço Social admitem as contradições históricas no marco da luta de classes, tomando-o como profissão particular no contexto da crise contemporânea. Temos como pressuposto que o projeto profissional demarcado nos anos 90 do século XX sofre as inflexões da sociedade capitalista e coloca para a profissão o desafio de manter a direção frente ao acirramento da contradição entre as classes e das transformações ou configurações que atingem a “questão social”. Sua reposição, no contexto contemporâneo de crise (vírgula) permite-nos concordar “*que se afasta da relação entre pauperização dos trabalhadores e acumulação capitalista, para ser identificada genericamente com as expressões objetivas da pobreza*” (MOTA, 2010, p.32, grifos da autora).

Dessa maneira, não há caminho possível de resistência profissional se não forem considerados: o conjunto das relações, as expressões mais imediatas do empobrecimento da classe trabalhadora e as medidas de enfrentamento pelo Estado, bem como as lutas travadas nesse cotidiano. Vejamos, pois, o quadro em que essas contradições se põem e se repõem.

A INTRANSIGÊNCIA DA CRÍTICA FRENTE AOS DESAFIOS DA CONJUNTURA ATUAL: POSSÍVEIS CAMINHOS DE RESISTÊNCIA

Para uma reflexão mais incisiva das transformações societárias que atingem o Serviço Social brasileiro— exigindo, em uma perspectiva crítica, reorganizar a resistência junto aos caminhos mais coletivos— destacamos três aspectos que acompanham o decurso do projeto profissional crítico: 1) os princípios éticos e políticos afirmados coletivamente e basilares do Código de Ética Profissional de 1993, profundamente ameaçados quando da consolidação de uma contrarreforma do Estado na década de 1990 (BEHRINHG, 2008)’; 2) as expressões da “questão social”, nos anos 2000, ao sofrer as investidas de uma política governamental embasada na “conciliação de classes”, ensejando um conjunto de novas “pelejas⁶” para o Serviço Social; e, mais recentemente, 3) a aceleração do desmonte e da retração dos direitos, revelando o quanto o caminho da resistência exige articulação coletiva, além de reafirmar a velha premissa de que o projeto profissional só se sustenta articulado às lutas gerais da classe trabalhadora.

Neste ínterim, nosso ponto de partida consiste em vivenciarmos, no ano de 2017, uma aceleração no desmonte dos direitos sociais da classe trabalhadora, exemplificada no conjunto de contrarreformas propostas pelo atual presidente Michel Temer —não eleito, portanto ilegítimo—, incluindo: a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 247, já em

⁶Para referir-nos ao termo alcunhado por MOTA e AMARAL no livro intitulado *Serviço Social Brasileiro nos anos 2000: cenários, pelejas e desafios* (2014).

curso), (vírgula) que fixa por vinte anos os gastos públicos e afeta a seguridade social e as políticas de proteção social brasileiras, a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista que, em tese, privilegia os patrões e prejudica o conjunto de trabalhadores.

Para o Serviço Social, a última década do século XX, bem como as duas primeiras do século XXI, constituem, com particularidades, um cenário de afronta ao seu projeto profissional, com implicações factuais para as suas dimensões ideológica, formativa e interventiva, em que chamamos atenção para as investidas do capital, com a anuência do Estado em “estabelecer novos pactos e parâmetros para o atendimento das necessidades sociais— sem romper com a lógica da acumulação e da racionalidade do lucro” (MOTA, 2010).

Entretanto, corroboramos com Abramides (2017), ao nos alertar que:

A análise marxiana é a de que as condições objetivas estão dadas pelo atual estágio do capitalismo, face à destruição constante e progressiva de forças produtivas, porém as condições subjetivas dependem da organização dos partidos proletários e das lutas de oposição revolucionária ao capitalismo, e essa é uma tarefa histórica dos marxistas revolucionários no plano nacional e internacional (ABRAMIDES, 2017, p. 371).

A reforma gerencial do Estado brasileiro na década de 1990, norteadas pelo neoliberalismo— que rigidamente impôs contenção de gastos sociais, operando em clara oposição ao que se estava previsto na Constituição de 1988—impõe limites sistemáticos ao arcabouço político-formal que o Serviço Social constrói nessa época. O código de Ética, a Lei de Regulamentação da profissão e as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social já nascem exigindo resistência coletiva para serem minimamente garantidos em seus princípios.

Acerca desse contexto, identificamos um avanço no debate da formação profissional, advindo em parte do crescimento das pós-graduações e da consolidação de pesquisas de vertente marxista no Serviço Social, embora ameaçadas pela perspectiva de uma “reforma intelectual e moral” conduzida pelo grande capital, conforme destaca Mota (2010).

No *Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado*, que marca o Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, são considerados inadiáveis:

[...] (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua ‘governança’, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (BRASIL, 1995, p. 11).

Ressaltando as articulações entre as esferas social, política e cultural, com as determinações da reestruturação produtiva, Iamamoto (2000) afirma que: “[...] alia-se uma radical alteração das relações entre o Estado e a sociedade, condensada na ‘Reforma do Estado’, conforme recomendações de políticas de ajuste das economias periféricas, preconizadas pelos organismos internacionais” (IAMAMOTO, 2000, p. 9).

As implicações desse contexto, identificado como contrarreforma e marcado pela desestruturação do Estado e pela perda de direitos, são identificadas por Behring (2008) e concretizadas a partir dos seguintes aspectos:

[...] na perda de soberania – com o aprofundamento da heteronomia e da vulnerabilidade externa; no reforço deliberado da incapacidade do Estado para impulsionar uma política econômica que tenha em perspectiva a retomada do emprego [...]; e, em especial, na parca vontade política e econômica de realizar uma ação efetiva sobre a iniquidade social, no sentido de sua reversão, condição para uma sociabilidade democrática (BEHRING, 2008, p. 213).

Antes de fazer referência às décadas iniciais dos anos 2000, duas questões nos interessam: a primeira é que entendemos como necessária a articulação entre economia, política, Estado, sociedade e Serviço Social; a segunda, tendo em vista continuarmos vivenciando as investidas capitalistas para o fortalecimento do mercado quando se agrava sua crise, é apontamos que uma resistência intransigente ascende ou retrai conforme as possibilidades em diferentes conjunturas.

A primeira década do século XXI no Brasil foi marcada pelos dois governos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos quais o gerenciamento da relação entre Estado e mercado passou por transformações que, mesmo não sendo substanciais, permitiram alterações do trato com refrações da “questão social”. Essas, por sua vez, implicaram em novas exigências, tanto na formação (a partir das contrarreformas do Ensino Superior) bem como no exercício profissional, se levarmos em conta o crescimento da inserção profissional nos espaços da Política de Assistência Social, sobretudo a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Além disso, podemos citar também a inserção em espaços como a Assistência Estudantil, que exigiu nesse período novas medidas para manutenção do ampliado número de estudantes nas universidades públicas, principalmente a partir do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI) (decreto 6.096/2007).

As investidas em espaços de debates e diálogos com movimentos sociais, tais como conferências por segmentos e a criação de novos conselhos e programas, também permearam o desenrolar dessa década. Entretanto, decorrida mais de sua metade, era possível identificar uma “[...] *progressiva mercantilização do atendimento às necessidades sociais*, decorrente da privatização das políticas sociais” (IAMAMOTO, 2012, p. 206, grifos da autora).

Em 2009, em um seminário alusivo aos 30 anos do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais⁷, conhecido como Congresso da Virada, foram colocadas questões pertinentes sobre os desafios da intransigência do espírito crítico que motivou o Serviço Social a redirecionar a dimensão do referido Congresso em 1979. Dentre elas, destacamos:

As universidades estão ampliando o ensino à distância, o caminho mercantil está se aprofundando. Temos que dizer não ao ensino à distância. Temos que dizer não a essa forma que leva a uma massificação para atender aos interesses do Fundo Monetário Internacional, em detrimento da democratização e do acesso e permanência no ensino (ABRAMIDES, 2012, p. 57).

Parece seguro afirmar que, destarte nosso amadurecimento, a continuidade e a radicalidade de nossas lutas como categoria, por meio da organização e nossas entidades, só poderão ganhar e aprofundar seu sentido, se articulados no interior da classe, no conjunto das lutas da classe. A continuidade do nosso projeto político, na sua dimensão mais estritamente política, [...], está definitivamente hipotecada às lutas do conjunto da classe trabalhadora (GRANEMANN, 2012, p. 186).

Para retomar a relação entre as transformações macrosociedadeiras e o Serviço Social brasileiro com base no legado do projeto profissional crítico, em meio às adversidades que ameaçam a cultura profissional nele gestada, evidencia-se que essa articulação só pode ser dada adotando o referencial teórico-crítico de base marxista, um elemento que possibilita dar continuidade à busca pela ruptura com as bases conservadoras. Acerca disso, convém pontuar:

1. Admissibilidade ao estatuto histórico da profissão como elemento inserido na dinâmica social, compreendendo-a no conjunto das relações sociais postas no âmbito do capitalismo. No entanto, o Serviço Social deve ser visto não apenas como uma dimensão cronometrada no tempo, mas cumprindo sua função de reprodução dentro da articulação desses distintos complexos sociais, ainda que a lógica seja contraditória, ao passo que tenta dar respostas às distintas expressões da questão social, o que explica o conjunto das contradições que o atravessam;

2. Inserida no âmbito das determinações sociais concretas, cabe lembrar que o alcance do amadurecimento teórico-político da profissão não implica em estacionamento histórico, mas que a dinâmica da realidade continua a exigir de nós novas articulações e novos posicionamentos, cujas respostas organizativas e coletivas demonstram a capacidade do sujeito profissional do Serviço Social se colocar na história, protagonizando rupturas ou adequações à ordem;

3. Diante desse contexto, podemos questionar: qual o rumo do projeto profissional crítico e quais os rebatimentos do contexto geral para as especificidades do Serviço Social como profissão especializada? Estamos diante do duplo desafio de assumir quais os tensionamentos presentes na ordem do exercício profissional e qualificar as disputas internas que caracterizam a correlação de forças no âmbito da profissão. Além disso, em que medida a pseudo-concreticidade das análises e a falsa apreensão e materialização do projeto profissional nos interpela a uma intransigência na defesa de seu real sentido.

⁷O Seminário Nacional 30 anos Congresso da Virada (1979-2009), sob o lema “Começaria tudo outra vez se preciso fosse”, ocorreu em São Paulo nos dias 16 e 17 de novembro de 2009. Em 2012, uma brochura de mesmo título foi publicada a partir dos conteúdos apresentados no Seminário.

No limiar da segunda década dos anos 2000, consideramos imprescindível a análise de Netto (1996) ao afirmar que “[...] o rompimento com o conservadorismo engendrou uma cultura profissional muito diferenciada, prenhe de diversidades, mas que acabou, [...], por gestar e formular uma direção social estratégica, que colide com a hegemonia política que o grande capital pretende construir” (NETTO, 1996, p. 116).

É inegável que o movimento do capital, em escala global, com rebatimentos para países periféricos como o Brasil, ao alargar os desafios postos para a organização política de trabalhadores/as em geral, atinge diretamente o Serviço Social, inflexionando seu projeto profissional. Ademais, na mesma medida em que exige fortalecimento das lutas da classe trabalhadora, impõe a renovação das tarefas históricas para os projetos profissionais que se vinculam a essas lutas, particularmente o de Serviço Social. Considera-se, então, que “[...] esse processo tem provocado uma série de tensionamentos entre os compromissos da profissão e a prática cotidiana dos assistentes sociais, que se veem pressionados pelas demandas emergentes das políticas recessivas neoliberais [...]” (GOMES, 2013, p.128).

Ao identificar os desafios e as perspectivas da relação entre Movimentos Sociais e Serviço Social no contexto pós 1990, Duriguetto (2014) afirma:

Situamos a atuação profissional nos processos de mobilização e organização popular como uma possibilidade de a profissão contribuir para as organizações e lutas sociais e, portanto, como *contribuição necessária* para o fortalecimento do projeto profissional. Entretanto, na conjuntura pós anos 1990, a tematização e atuação do assistente social nas organizações da classe trabalhadora e a relação com seus movimentos sociais a partir de outras inserções institucionais sofre uma curvatura, de modo que o que se apresentava, na década de 1980, como uma tendência ascendente, irá sofrer um processo de retração (DURIGUETTO, 2014, p. 184).

Se analisadas as determinações mais gerais de tal processo e os desafios que se apresentam a partir dele, certamente encontraremos, o cerne dessa questão na intensificação do processo de “[...] retração das potencialidades das lutas das organizações sindicais e dos movimentos sociais a partir desta década” (DURIGUETTO, 2014, p. 184).

No tocante a essa relação entre lutas gerais e projeto profissional, ao contexto contemporâneo de desafios gerais e aos rebatimentos na particularidade profissional, corroboramos com a seguinte análise:

Nesse sentido, estivemos e continuamos cerrando fileiras com o sindicalismo classista e movimentos sociais em defesa dos direitos sociais e trabalhistas, contra toda forma de exploração, preconceito, opressão e discriminação, assim como estivemos e estamos presentes contra as medidas de desregulamentação das relações de trabalho, contra os ajustes fiscais de todos os governos neoliberais, contra as contrarreformas sindical, trabalhista, da Previdência Social, do ensino superior, em defesa dos direitos sociais e trabalhistas conquistados, contra a lesbofobia, pelo direito ao aborto, em defesa da reforma agrária e urbana, pela demarcação das terras indígenas e quilombolas e contra o golpe institucional parlamentar de direita em curso no país (ABRAMIDES, 2017, p.383).

Acerca das análises adotadas na primeira metade da segunda década dos anos 2000, trazemos a definição de um projeto social-liberal para situar a relação entre as dimensões econômica, política e social que apresentam as seguintes proposições políticas e analíticas:

- 1) o crescimento econômico, por si próprio, não traria a redução das desigualdades, havendo a necessidade de políticas públicas específicas e direcionadas para este problema; 2) os gastos sociais não seriam baixos, ao contrário: eles deveriam tornar-se mais eficientes com a melhora da alocação de recursos com sua focalização nos estratos sociais miseráveis; 3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento em capital humano, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito (CASTELO, 2013, p. 356).

Destacamos o caráter contraditório desse contexto, à medida em que, dando continuidade a políticas de cunho neoliberal, cria mecanismos de atendimento parcial às demandas da população sem, contudo, fugir ao contexto da crise estrutural do capital. Além disso, sob as instruções de organismos internacionais, tal contexto orienta as novas configurações entre Estado, mercado e sociedade, em um movimento cujas estratégias, no Brasil, “[...] distribuem uns poucos recursos àqueles que jamais conseguirão se integrar, para dar andamento à política concentradora e excludente” (MOTA, 2012, p. 37).

Ao identificar os cenários e as pelejas do Serviço Social nos anos 2000, Mota e Amaral (2014) identificam a emergência de “[...] uma tentativa de busca permanente de novas condições de operar a atividade profissional em face da necessidade de estabelecer meios, modos e formas de lidar com as insistentes e expressivas manifestações da ‘questão social’” (MOTA; AMARAL, 2014, p. 30-31).

É neste movimento, pois, que ressaltamos a contradição entre os valores do projeto profissional, o arcabouço teórico resultante da produção crítica que vem sendo acumulada desde os anos oitenta frente ao ecletismo teórico que permeia as ciências sociais e humanas e ao desmonte de direitos sociais.

No quadro de crescimento de instituições privadas de formação acadêmica, notoriamente as que oferecem cursos de Serviço Social à distância — chegando ao contingente de aproximadamente 160.000 profissionais (NETO, 2016) —, é possível identificar resistência profissional a esse processo, dentre outros, nas publicações intituladas *Sobre a incompatibilidade entre a graduação à distância e Serviço Social*, cujas versões, de 2011 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011) e 2014 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2014), respectivamente, decorrem de pesquisas realizadas no âmbito do grupo de trabalho nacional *Trabalho e Formação Profissional*, composto por representantes dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS); do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS); da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Para demarcar a contraposição ao processo de mercantilização do ensino superior no Brasil dos anos 2000, bem como a defesa da Educação enquanto ~~um~~ direito, o último volume desse documento salienta que:

Nessa direção, o nível superior de ensino, nas duas últimas décadas em curso, também presenciou a dualização discriminatória presente nas políticas sociais brasileiras: para um público com acesso ao consumo, os serviços sociais mercantilizados de saúde, educação, previdência, habitação, dentre outros. Para aquele catalogado como integrante da ‘linha da pobreza’, os serviços sociais públicos e precarizados de assistência, saúde, educação e previdência. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2014, p. 18).

Na perspectiva de problematizar os limites e as possibilidades no processo de viabilização dos direitos dos usuários pelo Serviço Social nos diferentes espaços socio-ocupacionais, a categoria delibera sistematicamente *Seminários Temáticos* que tratam de problematizar e demarcar uma direção (teórico-política ou teórica e política) acerca de diversos temas, entre os quais podemos citar: Seminário Nacional Serviço Social na Educação, ocorrido em junho de 2012, em Maceió; Seminário Nacional Serviço Social e Direitos Humanos, realizado em Palmas, de 04 a 06 de setembro de 2012; Seminário sobre o Serviço Social na Previdência Social, em 2010 e 2014, respectivamente; Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans, ocorrido em junho de 2015, em São Paulo; Seminário Nacional Serviço Social, Relações Fronteiriças e Fluxos Migratórios Internacionais, realizado em Belém (PA) nos dias 6, 7 e 8 de julho de 2016; Seminário Nacional Serviço Social e Sigilo Profissional, em outubro de 2016; além do Seminário Nacional sobre Residência em Saúde e Serviço Social, ocorrido em setembro de 2016, em Olinda.

Tais espaços certamente auxiliam na perspectiva de uma melhor garantia dos direitos dos usuários, levando-se em conta as tensões encontradas no cotidiano e resguardando-se os princípios éticos e políticos do projeto profissional, ainda que, no contexto de desafios à consolidação de direitos os/as profissionais estejam submetidos/as a “[...] uma vasta de lista de requisições institucionais que o assistente social na identifica como suas” (VASCONCELOS, 2015, p. 535). Concordamos que as respostas qualificadas às necessidades dos usuários, no contexto de uma tendência a tecnificar e burocratizar o exercício profissional, requisita “[...] uma prática planejada e avaliada nas suas consequências, o que exige qualificação, criatividade, reflexão; uma prática plena de conteúdo e significado” (VASCONCELOS, 2015, p. 535).

Diante de lamentáveis caminhos tomados por certos grupos de profissionais no interior da categoria de Serviço Social, que se colocam como “Serviço Social libertário”; expressões corriqueiras de debates, sobretudo nas redes sociais, revelam divergentes contraposições ao que se discute e se delibera no interior da organização política do Serviço Social brasileiro. Tais discussões, de modo geral, concentram-se em questionar os preços de eventos e das anuidades, além de indagar posicionamentos políticos quanto ao aborto, à dependência química e à diversidade sexual. Essas, dentre outras temáticas são claras demonstrações do tensionamento que as bases constitutivas da “virada” pela qual passa a profissão rumo à sua maturidade intelectual enfrentam.

Nesse sentido, é importante frisar que não constitui tarefa exclusiva do Serviço Social enfrentar o avanço conservador que atinge o conjunto das relações sociais no Brasil dos anos 2000, perante o fato de que, como nos lembra Mota (2016), a sociedade brasileira “[...] vivencia uma agressiva investida da direita em defesa da ordem e alia-se aos impenitentes sujeitos sociais que alimentam e mantêm uma cultura teórico-política e profissional de esquerda no Brasil” (MOTA, 2016, p.166).

O fio condutor de uma necessária intransigência da crítica no âmbito da profissão não se opera senão nos marcos das lutas coletivas, de modo que e só pode ser estabelecido mediante esse legado, ainda que chamemos atenção para que a partir dele, em uma contundente análise das necessárias rupturas hoje, sejam construídas as possibilidades de uma já reivindicada “história nova do Serviço Social” (NETTO, 2016).

Não podemos deixar de evidenciar, no atual contexto de acentuada destituição das garantias de direitos sociais, as investidas coletivas operadas pelo Serviço Social junto à classe trabalhadora nas suas lutas. Algumas publicações do periódico informativo e político *CFESS Manifesta* apontam para um incisivo posicionamento da categoria contrário aos retrocessos desenfreados de ataques aos direitos trabalhistas. Em junho de 2016, foi lançada uma edição especial do *CFESS Manifesta* intitulada *Em tempos desiguais não temeremos: o serviço social e o contexto de retrocessos*, cabendo apontar o seguinte trecho:

Nessa conjuntura de retrocessos sociais, econômicos, políticos e culturais, o Serviço Social brasileiro reafirma seu compromisso com a liberdade e a democracia, conclamando os/as assistentes sociais a se mobilizarem nos espaços coletivos contra os avanços do neoconservadorismo na atual conjuntura (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016, p. 4).

Na mesma direção, seguiram-se as seguintes publicações: *CFESS Manifesta: Contra o desmonte da Seguridade Social: nada a temer, continuamos na luta!*, de agosto de 2016; *Não à Criminalização das Lutas Sociais: lutar não é crime*, de novembro de 2016; *Não à Contrarreforma da Previdência*, de março de 2017; *Nosso Plano é a Saúde Pública, Estatal e Universal*, de abril de 2017, em edição alusiva ao dia mundial da saúde; além da série *Conjuntura e impactos no trabalho profissional*, tendo como exemplo a publicação intitulada *‘Cracolândia’?: o que o Serviço Social tem a ver com isso?*, de junho de 2017. Na mesma linha, as últimas publicações evidenciam expressões de afronta aos direitos, sobretudo aos trabalhistas, a exemplo da edição especial *A contrarreforma trabalhista: o fim da CLT e a resistência da categoria de Assistentes Sociais*, de agosto de 2017.

As ações destacadas aqui não compõem meras notas públicas pontuais; ao contrário, constituem estratégias de enfrentamento ao contexto conservador e de recessão de direitos, cabendo, assim, destacar a perspectiva adotada pelo conjunto CFESS-CRESS, quando:

Nos diversos espaços de representação em que se insere o CFESS, sua atuação é marcada pela defesa dos interesses do trabalho. Em síntese, três grandes eixos articulam a luta política do conjunto CFESS-CRESS e se objetivam em várias estratégias: 1) em defesa da qualidade na formação e no exercício profissional; pelo direito à cidade, para todas as pessoas, sem racismo, sem desigualdade de gênero e sem homofobia, lesbofobia e transfobia; e 3) em defesa dos direitos humanos e da universalidade das políticas sociais (SANTOS, 2010, p. 711).

Se as lutas travadas no campo das possibilidades ético-políticas atuais enfatizam a urgente e necessária defesa intransigente de direitos, evidencia-se, para além delas, princípios contidos nesses três pilares da luta política, que apontam para a ruptura com a

sociabilidade capitalista e sua capacidade destrutiva de inviabilizar a emancipação dos sujeitos.

Neste ínterim, para tratar da relação entre os posicionamentos políticos e as ações políticas, o Serviço Social fez debates e atos públicos em todo o país, a exemplo dos ocorridos no dia 30 de novembro de 2016, em defesa da seguridade social e contrários à PEC 247, que congela os gastos da seguridade social por vinte anos; participou também dos dias de greve geral, organizados pelos movimentos e centrais sindicais, em 28 de abril e 30 de junho de 2017, além de acompanhar as mobilizações da classe trabalhadora em todo o Brasil.

A perseguição pela direção política hegemônica do Serviço Social se evidencia a partir das mais diversas ações, como demissões, assédio moral e taxações a sujeitos individuais no âmbito do exercício profissional, configurando uma “criminalização da prática profissional”. Exemplo disso foi o recente caso de uma Assistente Social que recebeu voz de prisão na tentativa de resguardar direitos dos usuários no caso da ação higienista na Cracolândia, em São Paulo. Outra ação que pode ser citada diz respeito à recente ameaça anunciada pelo presidente ilegítimo Temer, da retirada do Serviço Social do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS)⁸.

Apreendemos, portanto, que as investidas contra os trabalhadores atingem o Serviço Social, pois esses também fazem parte desse contingente e, sobretudo, por e contrapõem à tendência de aprofundamento das desigualdades ora expressa nas investidas capitalistas. De outro lado, as investidas contra o Serviço Social — e aí referimo-nos aos casos de destituição das equipes técnicas de Serviço Social ou de burocratização no atendimento—representam uma afronta a todos os sujeitos que requerem a interferência profissional no acesso aos seus direitos. Dito isto, chamamos atenção para uma, dentre as tantas questões presentes na contemporaneidade: “Precisamos construir coletivamente estratégias de mobilização em defesa da ampliação dos direitos sociais, na luta contra todas as formas de opressão, contra as medidas de exceção e a criminalização dos movimentos sociais e da vida” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2017, p.1).

Que as tarefas imediatas pautadas na garantia de direitos sejam tomadas como mediação para a possibilidade concreta da construção coletiva da emancipação, para que não nos afastemos do horizonte revolucionário cujo legado político aqui destacado não pode abrir mão. Também é importante fortalecer, no horizonte da luta política da classe trabalhadora e do Serviço Social, a necessária intransigência da recondução das forças coletivas para uma unidade de esquerda, em que o movimento de revitalização dos projetos profissionais, juntos, façam sentido rumo à consolidação de um projeto societário contrário ao que identificamos hoje.

⁸A respeito dessa ofensiva, cabe lembrar que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) articulou a realização de uma audiência pública na Câmara dos Deputados Federais no dia 26 de setembro de 2017, que diante da pressão exercida, o governo manteve o/a assistentes social na equipe. Essa é, sem dúvida uma estratégia política que extrapola a dimensão da visibilidade, levando em conta as possibilidades de ações de resistência política ao quadro de desmonte ora posto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destacamos, ao término desse texto, que as análises aqui colocadas, longe de contemplarem a totalidade dos desafios postos no contexto contemporâneo ao Serviço Social e ao conjunto das lutas sociais, foram sistematizadas na perspectiva de sintetizar tais e chamar atenção para duas questões: de um lado, é importante não perder de vista a necessária articulação entre o desenvolvimento histórico da profissão e um movimento mais geral da sociedade brasileira, na construção coletiva de um projeto de profissão forjado no compromisso com os direitos da classe trabalhadora; de outro, ao problematizar os desafios atuais, faz-se necessário mapear alguns elementos conjunturais que evidenciam o grau atual de complexidade da articulação entre projeto profissional e lutas coletivas.

Consideramos, assim, como uma possibilidade ético-política contemporânea a intransigência na defesa de direitos que vêm sendo retraídos e desmontados por um projeto que atinge a classe trabalhadora e inflexiona o Serviço Social, tanto a nível de formação quanto de exercício profissional.

No conjunto das contradições postas, enfatizamos a organização política da categoria, resguardada sua legitimidade, uma vez que resulta de processos democráticos no interior da profissão, cuja intransigência coloca como questões centrais: fortalecer a perspectiva política presente no legado forjado na ruptura com o conservadorismo no seu interior e, simultaneamente, construir estratégias de enfrentamento ao contexto de retração das lutas, de modo que o Serviço Social busque se manter vivo e ativo junto às lutas coletivas.

É indubitável que somente esse caminho — sem nos deter nas tendências aos percalços que se apresentam — é insuficiente para fazer valer o legado político decorrente de lutas passadas, compreendidas aqui não como evolução política, mas como atualização de caros princípios, cuja superação exige a construção societária de uma nova ordem.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Beatriz. Lutas Sociais e Desafios da Classe Trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 129, p. 366-386, 2017.

ABRAMIDES, Beatriz. A chama em meu peito ainda queima, saiba! Nada foi em vão. In: SEMINÁRIO NACIONAL 30 ANOS CONGRESSO DA VIRADA: 1979-2009, 2012, Brasília (DF). **Começaria tudo outra vez se preciso fosse**. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Mesa dos Depoimentos Históricos.

BARROCO, Maria L; TERRA, Sylvia H. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília (DF), 1995.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Carta de Brasília. In: ENCONTRO NACIONAL CFESS-CRESS, 46., 2017, Brasília (DF). **Anais...** Brasília (DF): Conjunto CFESS-CRESS, 7 a 10 de setembro de 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **CFESS MANIFESTA Em Tempos Desiguais, não Temeremos: o serviço social brasileiro e o contexto de retrocessos**. Edição Especial. Brasília (DF), 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social**. Vol. 2. Brasília (DF), 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social**. Vol. 1. Brasília (DF), 2011.

DURIGUETTO, Maria L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós anos 1990: desafios e perspectivas. IN: ABRAMIDES, M.; DURIGUETTO, M. **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

GOMES, Cláudia M. **Em busca do consenso: tendências contemporâneas do Serviço Social. Radicalidade democrática e afirmação de direitos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GRANEMANN, Sara. Desafios do Projeto Ético-Político. In: SEMINÁRIO NACIONAL 30 ANOS CONGRESSO DA VIRADA: 1979-2009, 2012, Brasília (DF). **Começaria tudo outra vez se preciso fosse**. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Mesa Redonda.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempos de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. IN: MOTA, A. E. et al. (Orgs). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: insurgência intelectual e legado político. IN: OLIVEIRA e SILVA, Maria Liduina (Org.). **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da Pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. IN: MOTA, Ana E. (Org). **Desenvolvimento e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo, Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. Questão Social e Serviço Social: um debate necessário. IN: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da Assistência Social**: ensaios sobre Estado, política social e sociedade. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. IN: MOTA, A. E; AMARAL, A (Org.). **Serviço Social brasileiro nos anos 2000**: cenários, pelejas e desafios. Recife: UFPE, 2014.

NETTO, José P. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. IN: SILVA, Maria Liduina Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil**: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, José P. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. IN: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**. Módulo I. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS; CEAD-UNB, 1999.

NETTO, José P. Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 17, n. 50, 1996.

RAMOS, Samya R.; SANTOS, Silvana M. Projeto Profissional e Organização Política do Serviço Social brasileiro: In: SILVA, Maria Liduina Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil**: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SANTOS, Silvana M. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 104, 2010.

SILVA, José F. S da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

VASCONCELOS, Ana M. **A/O Assistente Social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.